

**Dispõe sobre a obrigatoriedade de paridade de gênero na divisão de recursos públicos destinados ao incentivo de modalidades esportivas, garantindo que nenhum gênero receba menos que 30% dos recursos.**

A Câmara Municipal de Sidrolândia, Estado de Mato Grosso do Sul, nas atribuições que lhe são conferidas, faz saber, que o plenário aprova e encaminha para sanção do Executivo, o seguinte projeto de lei:

**Art. 1º** Fica instituída a paridade de gênero na divisão de recursos públicos destinados ao patrocínio e incentivo de modalidades esportivas no âmbito do Município de Sidrolândia-MS, garantindo que nenhum gênero receba menos que 30% dos recursos destinados.

**§ 1º** Para os fins desta Lei, considera-se paridade de gênero a destinação de valores equivalentes para o incentivo de modalidades esportivas masculinas e femininas, respeitando o mínimo de 30% para qualquer gênero.

**§ 2º** Os recursos mencionados neste artigo referem-se àqueles oriundos de fontes públicas, incluindo, mas não limitado a fundos de incentivo ao esporte, loterias e outras formas de financiamento estatal.

**Art. 2º** Os órgãos e entidades responsáveis pela distribuição dos recursos destinados ao incentivo do esporte no Município deverão garantir a implementação desta Lei, observando a paridade e o mínimo de 30% na destinação de recursos para qualquer gênero.

**Art. 3º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SIGNATÁRIO

Assinado eletronicamente por  
Juscinei Claro Dino  
Data 26/11/2025 08:16  
#a40e9a1ccac111f0800e42010a2b601f

## Justificativa

A presente proposição legislativa tem como objetivo primordial combater a desigualdade de gênero no contexto das práticas esportivas de alto rendimento, uma disparidade historicamente arraigada que prejudica a diversidade e a inclusão no esporte. O esporte, como um reflexo da sociedade, não está imune às desigualdades de gênero presentes em diversos setores. Tais disparidades são particularmente visíveis quando observamos o super patrocínio de modalidades esportivas masculinas em contraste com o subfinanciamento, quando não o completo abandono, das mesmas modalidades na vertente feminina. O futebol de campo é um exemplo claro dessa desigualdade. Apesar do crescimento do futebol feminino e do aumento da participação das mulheres neste esporte, ainda há uma disparidade significativa nos investimentos destinados às modalidades masculinas e femininas. Essa desigualdade se reflete em salários, prêmios, condições de treinamento e visibilidade midiática. Pode-se dizer que o esporte é um ambiente onde as desigualdades de gênero são frequentemente intensificadas, sobretudo devido à falta de investimento e apoio para as mulheres. Este cenário repercute não somente no desempenho das atletas, mas também na representatividade e no estímulo para as futuras gerações. Os recursos para o desenvolvimento do esporte devem ser distribuídos de maneira justa e equitativa, independentemente do gênero. A falta de investimento adequado limita a capacidade das mulheres de competir em igualdade de condições com os homens, negando-lhes a oportunidade de alcançar seu potencial máximo e contribuir de forma significativa para o esporte. Em conclusão, esta proposta legislativa busca corrigir essa distorção histórica, criando um ambiente mais inclusivo e equitativo no esporte. A implementação desta lei contribuirá significativamente para a promoção da igualdade de gênero, proporcionando a todas as atletas, independentemente do seu gênero, a oportunidade de alcançar o sucesso e a excelência.

SIGNATÁRIO



Assinado eletronicamente por  
**Juscinei Claro Dino**  
Data 26/11/2025 08:16  
#a40e9a1ccac111f0800e42010a2b601f